Widjaja
O dragão de Komodo

Um conflito de gigantes da celulose e da corrupção pelo controle acionário integral da Eldorado Brasil Celulose

Bernardino Coelho da Silva

Widjaja
O dragão de Komodo

Um conflito de gigantes da celulose e da corrupção pelo controle acionário integral da Eldorado Brasil Celulose

Clube de Autores

Copyright © Bernardino Coelho da Silva

Direitos desta edição reservados à ZK Editorial Ltda.
Rua Caviúna, nº 09 – bairro José de Anchieta
CEP 29162-272 – Serra – Espírito Santo
E-mail: bsilva.escritor@gmail.com

Plataforma de publicação e venda/distribuição: Clube de Autores
https://clubedeautores.com.br

1ª edição - 2021

Ficha catalográfica

Silva, Bernardino Coelho da

Widjaja o dragão de Komodo: um conflito de gigantes da celulose e da corrupção pelo controle acionário integral da Eldorado Brasil Celulose. Serra/ES: Clube de Autores, 2020.

358 p.

ISBN 978-65-00-12526-9

1. Corrupção 2. Eldorado Brasil Celulose 3. Fundos de Pen

A liderança é uma poderosa combinação de estratégia e caráter. Mas se tiver de passar sem um, que seja estratégia.

Norman Schwarzkopf [1934-] general norte-americano

Sumário

Introdução 9

A Eldorado é colocada à venda 29

Um Eldorado de muita propina 133

Paper Excellence *versus* Eldorado 211

Fracasso na compra da Fibria 233

Um calote de 14 bilhões de dólares 243

Os crimes ambientais dos Widjaja 259

Mário Celso Lopes volta à cena 291

A adesão do clã Bolsonaro 307

A disputa chega à seara policial 314

Considerações Finais 351

Introdução

Não me importo com a solidão. O que me incomoda são as más companhias.

Orismende Holanda Brandão professor na Escola Arimatéia Dias, em Cascavel, Ceará

"Alguns, às vezes, me tiram o sono, mas não me tiram o sonho", inicia assim, Gabriel O Pensador, a letra de sua música "Linhas tortas"; belo verso que dele eu pego emprestado para reafirmar minha convicção de não me conformar que a corrupção seja algo com a qual tenhamos que conviver de forma pacífica e ordeira, como querem os políticos e algumas personalidades do campo jurídico.

Contra isto, precisamos nos rebelar todos os dias. E, cada um, agindo de acordo com suas possibilidades e com sua forma de ser; a minha é pesquisando, escrevendo e divulgando para as pessoas tomarem ciência de obscuros fatos. Em alguns casos, representando junto ao Ministério Público, a quem compete investigar e denunciar os criminosos. Isto, de certa forma, me faz

sentir vivo o sonho de que um dia teremos de ser uma nação melhor de se viver e para criar nossos filhos e netos.

Ainda vivemos em um sistema cruel, que privilegia a esperteza e a roubalheira em detrimento da meritocracia e da honestidade e, muitas vezes, com as bênçãos do Supremo Tribunal Federal. Enquanto milhões e milhões passam a vida toda ganhando o mínimo para sobreviverem, ou nem isso, com milhões tendo de viver abaixo da linha de pobreza, uma casta privilegiada, formada por políticos corruptos e empresários gananciosos, usam de todos os meios para surrupiarem os cofres públicos e se tornarem milionários, bilionários.[1]

Tornou-se até um chavão a expressão ‘abrir a caixa-preta do BNDES’ e as pessoas, em sua maioria, ainda, inocentemente, acreditam que seja tarefa fácil abrir tal coisa e dela extrair as verdades escondidas a sete chaves, com as mesmas sendo mantidas longe das garras da Justiça. Não se pode esquecer que no banco estatal trabalham mais de 2,6 mil pessoas e que dessas centenas participaram de processos envolvendo atos criminosos e que, por isso, não é qualquer Auditoria Externa que vai descobrir onde ocorreram desvios.

E, por acaso, quando presos, os grã-finos senhores da burguesia palaciana são soltos por ministros de cortes superiores, notadamente, do Supremo Tribunal Federal, ávidos por fazer

[1] Em 2018, o Brasil tinha 13,5 milhões pessoas com renda mensal per capita inferior a R$ 145, ou U$S 1,9 por dia, critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza. Esse número é equivalente à população de Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal. Em 2018, a redução da pobreza se deu principalmente no Sudeste, que registrou menos 714 mil pessoas nessa condição, sobretudo no estado de São Paulo (menos 623 mil). Quase metade (47%) dos brasileiros abaixo da linha de pobreza em 2018 estava na região Nordeste. O Maranhão foi o estado com maior percentual de pessoas com rendimento abaixo da linha de pobreza, com 53,0%. (IBGE)

cumprir a máxima, segundo a qual, ‘a liberdade é o bem mais precioso da humanidade’, razão para colocar os corruptos na rua, onde riem de nossa cara.

Assim, abrir a “caixa preta” não é tarefa das mais singelas e requer muita investigação e coleta de provas. E pior: não tem somente a caixa-preta do BNDES; tem também a caixa-preta dos fundos de pensão dos funcionários das estatais, dos bancos estaduais e federais, das empresas estatais e de capital misto, do Legislativo Federal e do Judiciário, que juntas formam um imenso ralo por onde, anualmente, escoam bilhões de dólares para contas em paraísos fiscais e outro tanto ou mais em reais, para bancar o luxo e a boa-vida daqueles que se acham no direito de ostentarem a riqueza conquistada a qualquer preço.

E, não raras vezes, ao se analisar um caso, como este da Eldorado Brasil Celulose é provável que se vá descobrir um emaranhado de fatos criminosos que, depois de devidamente reconstituídos, unindo-se pontas soltas de uma história de horror que parece não ter fim, serão encontrados os motivos que levam nossa podre Justiça Suprema a ter alguns de seus membros tão preocupados em dar a liberdade aos endinheirados da República.

O que ainda metia algum receio na corruptela política e empresarial era serem presos depois de condenados em Segunda Instância - julgamento por um colegiado. Mas, isto acabou depois que a maioria dos ministros da Suprema Corte decidiu pela adesão voluntária e incondicional aos criminosos de colarinho branco derrubando a Jurisprudência da Corte firmada em dois julgamentos anteriores e abraçando a velha prática de empurrar com a barriga os processos até que um dia é ‘descoberto’ como prescrito, dando aos criminosos a tranquilidade para usufruírem do produto do crime.

Essa história de que estão restabelecendo o que determina a Constituição Federal é balela e já foi demonstrado por muitos e importantes juristas brasileiros que tal argumento é apenas desculpa para fazer valer a tese dos gilmares, toffolis e lewandowskis da vida, que nada mais fazem do que proteger políticos corruptos e empresários corruptores.

Mas o cidadão tem de continuar confiante e não esmorecer diante de tais situações adversas. Por isso, vamos, mais uma vez, dar a nossa contribuição para demostrar aos brasileiros como alguns empresários se tornaram bilionários pagando propina para lançarem mão do dinheiro público como se deles fosse, com a compra de políticos e agentes públicos, em diversas instâncias e instituições, como fizeram os irmãos Batista para construírem uma das maiores fábricas de celulose do mundo, a Eldorado Brasil Celulose, usando recursos do BNDES, dos fundos de pensão Petros e Funcef, da Caixa Econômica Federal e até dinheiro dos trabalhadores mantidos no Fundo de Investimento do FGTS.

No caso presente, temos a participação de dezenas de agentes públicos e políticos, que participaram de maracutaias comandadas por Joesley Batista e por seu ex-sócio na Florestal Brasil e na Eldorado Brasil Celulose, o empresário andradinense Mário Celso Lopes, que ainda deve muita explicação à Justiça.

Durante a fase de pesquisa para esta obra eu entrei em contato com o senhor Ricardo R. Q. Tosta, que atua na MCL Empreendimentos e Negócios Ltda, que repassou a Mário Celso Lopes uma série de questionamentos feitos por mim, mas este preferiu se calar. Entre as perguntas que formulei ao senhor Mário Celso Lopes, constam:

1. Embora estivesse previsto que a Governança da Florestal Brasil tivesse um Comitê de Auditoria e um Comitê de *Compliance*, estes nunca foram instalados e, em 2011, suas

funções foram absorvidas pelo Conselho Fiscal que, convenhamos, não consegue atuar nestes campos. Por que isto ocorreu? Teve dedo do Joesley Batista para que isto não fosse implantado?

2. O senhor foi preso temporariamente no dia 8 de março de 2017 e liberado no mesmo dia, por ordem do juiz da 10ª Vara da Justiça Criminal Federal e, segundo suas próprias palavras, durante depoimento na CPI de Práticas Ilícitas do BNDES, não foi indiciado e nem está sendo processado no âmbito da Operação Greenfield. Qual foi a alegação ou a informação relevante apresentada à Polícia Federal para não ter sido indiciado?

3. Quando a Eldorado Brasil foi constituída, o senhor detinha 50% das ações e a J&F os restantes 50%. Quando a companhia foi inaugurada, o senhor já tinha somente 25%. Eu li algumas versões sobre isto, como Joesley ter imposto que o dinheiro conseguido do BNDES entrasse na empresa como aumento de sua participação, já que fora ele quem havia conseguido tal empréstimo do banco estatal. Li também que o senhor vendeu os 25% e que reclamou ter sido vítima de armações de Joesley, que conseguiu diluir sua participação. O que há de verdade nessas histórias? O que se passou entre o senhor e o Joesley para sua participação ter caído para 25%?

4. É também desconhecida a manobra havida para reduzir sua participação de 25% para 16,72%. Por que e como foi feita esta alteração?

5. O senhor disse, na época, ter deixado a Presidência da Eldorado e da Florestal Brasil a bem do negócio e Joesley Batista disse que estava profissionalizando a gestão da companhia, em resposta a exigências do BNDES. O senhor saiu magoado, mas

demonstrava continuar gostando do negócio em entrevistas à imprensa. Por que, de fato, o senhor deixou estes cargos? O que estava em jogo?

6. Quando o senhor vendeu sua derradeira participação na Eldorado Brasil (25% ou 16,72%?) o senhor disse que não tinha mais tesão para o negócio, enquanto Joesley disse que o senhor era do tipo que montava um negócio para passá-lo à frente. Outra componente nesta história é a participação de um intermediário, Ivanildo da Cunha Miranda, que disse em delação premiada, que recebeu dos Batista R$ 10 milhões para convencê-lo a sair da sociedade, pelo montante de R$ 300 milhões, quando o senhor queria R$ 500 milhões. O que, de fato, aconteceu e como se passaram tais tratativas?

7. Pelo histórico dos irmãos Batista vê-se que eles nunca gostaram de ter sócios em seus negócios, além do BNDES e a Caixa Econômica Federal. O senhor diria que isso é porque eles sempre foram corruptos, que conseguiram tudo o que têm com grande dose de negócios escusos?

8. Em entrevista ao Painel Florestal o senhor relatou ter viajado com o Joesley Batista (2007/08) por vários países para tentar captar recursos para o FIP Florestal. Com a crise de 2008, este plano foi suspenso e partiu-se para contatar os fundos de pensão. Joesley conta que o interesse em investir no plantio de eucalipto partiu do então presidente do Petros. Ele sempre faz uma narrativa glamorosa, como se tudo tivesse acontecido por simples coincidência. Qual a verdade por trás dessa aproximação com os fundos de pensão Petros e Funcef? Por que não se conseguiu atrair o Valia para este negócio?

9. O processo de licenciamento ambiental para a instalação da Eldorado Brasil Celulose transcorreu de forma célere. Houve

pagamento de propina ou promessa de doação eleitoral para a prefeita Simone Tebet, para o governador André Puccinelli ou para algum outro agente político ou a agente público?

Apesar da negativa de Mário Celso Lopes em responder as indagações formuladas a ele, como diz o ditado popular: “Há males que vem para o bem”. A negativa em responder as perguntas repassadas a ele por Tosta, que confirmou tal envio, me fez agir com mais determinação para descobrir o que ele poderia estar escondendo. E lá estavam os fatos...

Não se deve aceitar cabisbaixo que o crime de corrupção prospere em nosso país, pois os danos causados pelos mesmos são irreversíveis e os políticos corruptos só multiplicam, cada vez mais ousados, pela certeza da impunidade, vinda de nossa tosca Suprema Corte, embora o esforço de alguns ministros que não se deixam sucumbir pelo mau exemplo de uma minoria corrupta.

Neste estudo de caso, você verá parte do que foi a ousada empreitada do grupo empresarial liderado por Joesley Batista, que cooptou um grande número de agentes públicos e políticos (cerca de dois mil) para que atuassem na proposição e/ou votação de leis ou na emissão de decretos federais (governo e autarquias) e/ou estaduais que beneficiaram seus negócios, com redução de carga tributária, renegociação de dívidas tributárias com descontos “de-pai-para-filho”, exigência de requisitos sanitários em prejuízo de concorrentes, manipulação de preços de insumos, desoneração da folha de pagamentos e até mesmo o pagamento de propina para que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) agisse com maior rigor em inspeções feitas em frigoríficos concorrentes.

Além disso, muita propina foi distribuída a políticos e agentes públicos em troca da liberação de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e da Caixa Econômica Federal com taxas de juros e condições diferenciadas e altamente favoráveis ao grupo empresarial, além de receber dinheiro de tais instituições em troca da emissão de debêntures, sendo que a maioria – caso do BNDES - foi do tipo conversível obrigatoriamente em ações.

Se não bastasse, os irmãos Joesley e Wesley Batista conseguiram corromper dirigentes dos fundos de pensão dos funcionários da Petrobrás (Petros) e da Caixa Econômica Federal (Funcef) para que estes aplicassem dinheiro na JBS e na Eldorado Brasil Celulose, através dos fundos de investimentos PROT FIP e Florestal FIP Multiestratégia.[2]

Existe uma lógica perversa por trás do pagamento de propina: nenhum empresário tira dinheiro do próprio bolso para colocar no do corrupto. A sociedade sempre paga a conta e isto é feito através de uma engenharia financeira, que envolve muita gente dentro das instituições públicas, pois tem-se de justificar o empréstimo a juros camaradas em diversas áreas e instâncias internas. Daí ser tão difícil se investigar uma instituição como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pois lá dentro tem muita gente envolvida e o

[2] O Fundo de Investimento em Participações (FIP) é uma comunhão de recursos destinados à aplicação em companhias abertas, fechadas ou sociedades limitadas, em fase de desenvolvimento. Cabe ao administrador constituir o fundo e realizar o processo de captação de recursos junto aos investidores através da venda de cotas. FIP – Multiestratégia: são aqueles que não se classificam nas demais categorias (Capital Semente, Empresas Emergentes e Infraestrutura) por admitir o investimento em diferentes tipos e portes de sociedades investidas. Estes fundos têm a possibilidade de investir até 100% de seu capital subscrito em ativos no exterior, porém, neste caso, são destinados exclusivamente a investidores profissionais. (B3. Brasil Bolsa Balcão)

corporativismo atacado pelas investigações procura, a qualquer custo, proteger as pessoas envolvidas em um determinado caso, para que a reciprocidade prevaleça, se e quando forem investigados outros focos de corrupção.

E isto dá uma relativa tranquilidade para os corruptores que, no caso de Joesley Batista, era quase como uma liturgia e ele chegou a falar disso em um de seus depoimentos, quando confessou que, depois de algum tempo, já chegava para negociar com a convicção de que teria de pagar propina.

E tudo parecia muito normal e fluindo de acordo com os planos de Joesley Batista, até que no início de 2017 uma luz amarela acendeu na Avenida Brigadeiro Faria Lima, onde fica a sede do grupo J&F, com a sensação de que alguém de dentro da corporação estaria delatando secretamente os crimes daquele grupo empresarial, pelo que se percebia do caminho trilhado pelas investigações das Operações Sépsis, Greenfield e Lava Jato, conduzidas pelo Ministério Público Federal, nas quais a J&F era demandada a dar muitas explicações.

E isto deixou os irmãos Batista apavorados, pois algo fugira do controle, coisa inadmissível para o desconfiado Joesley, que sempre quis manter tudo e todos sob o alcance de seus olhos e ouvidos, sagacidade escondida por trás de sua fala, teatralmente, caipira. Entretanto, ele dizia que tudo que se falava de corrupção nas empresas do grupo J&F era invencionice e que ele não temia uma delação premiada e não iria fazer uma, como na reportagem da *Folha de S. Paulo* publicada no dia 17 de fevereiro de 2017. Eis um trecho da entrevista e veja a cara de pau de Joesley Batista ao negar qualquer tipo de envolvimento em corrupção:

– Numa das mensagens do celular de Eduardo Cunha analisadas pela operação “Cui Bono?”, ele e Geddel debatem

sobre um empréstimo em andamento na Caixa para a empresa. Por que Eduardo Cunha estava intercedendo a favor da J&F?

– Mais ou menos a mesma pergunta sobre o Max [Max Mauran Pantoja da Costa - conselheiro da Funcef que fez a denúncia ao Ministério Público de que Joesley estava interferindo no trabalho da auditoria contratada na Eldorado]. Eu tenho muita curiosidade de saber o que motivava essas pessoas a seguir nossa vida ou o Max a denunciar.

– Vocês já pensaram na hipótese de que algum executivo de vocês tenha feito esse pedido ou negociado com Eduardo Cunha ou com Geddel?

– Olha, eu não acredito.

– Fizeram investigação interna?

– Fizemos agora com a Ernst & Young e Verano. Olha, eles vasculharam os computadores, e-mails. Eles fizeram contabilidade. Não acharam nada. E, olha, em que pese o Max ter feito essa denúncia estapafúrdia, a Ernst & Young tem que respeitar. O Verano, também. Eu não conhecia, mas depois fui atrás; é um escritório importante.

– Mas, o fato de serem empresas que vivem de reputação não impede que também se envolvam em casos de corrupção.

– Evidente. Mas também, por outro lado, a gente tem que acreditar em alguma coisa, não é? Se não pudermos acreditar... Tem uma governança, um acordo de acionistas, um Conselho. O Max conseguiu desmoralizar de uma vez só sete conselheiros, inclusive o da Petros também. Só que é o seguinte: o Max mentiu. Aquilo é uma mentira. Ele mentiu que foi ele quem pediu a Auditoria. Ele mentiu que nós não mostramos. Estão lá os papéis no Verano. Ele nunca foi lá. Teve conselheiro independente que foi e fez o que deveria ter feito. Ir lá fazer a reunião calmamente. Por que o Max nunca foi lá? Se ele estava tão preocupado e tão interessado no bem da companhia? Ele deveria ter ido, não é? Ele não apareceu lá não. É difícil entender o que esse sujeito está querendo. (...)

– Lúcio Funaro nunca pediu ao senhor ou o senhor tratou com ele de pagamentos para que Eduardo Cunha fizesse algo?

– Eu nunca pedi nada ao Lúcio.

– E com Geddel? Tratou alguma vez sobre empréstimos diretamente com ele?

– Nunca. E outra coisa, conheço o Geddel antes. Por que eu precisaria de Eduardo Cunha para falar com Geddel? Ele é da Bahia, é uma pessoa pública há muitos anos. (...)

A entrevista foi longa, mas sempre com respostas evasivas e recheadas com deslavadas mentiras, que foram demonstradas no curso das investigações do Ministério Público Federal.

De acordo com a jornalista Mônica Bergamo da *Folha de S. Paulo*, desde fevereiro de 2017 "quando a possibilidade de colaborar com a Justiça começou a ser discutida na empresa" surgiu a desconfiança de que o executivo da J&F, Ricardo Saud, "estava pronto para delatar o Joesley", conforme iria dizer, posteriormente, o ex-diretor Jurídico da J&F, Francisco de Assis e Silva, em seu depoimento, que afirmou ainda ter relatado tal sensação a Joesley Batista. Segundo Assis, "a impressão surgiu porque, assim que eles começaram a falar sobre delação, Ricardo Saud "já trouxe tudo pronto (…) toda a documentação, inclusive com bilhetes".

Conforme Bergamo, Saud tem a "língua solta" e costumava falar mal do chefe [Joesley] inclusive com pessoas que depois chegou a delatar. O receio era que o executivo viesse a falar com os membros do Ministério Público Federal sobre detalhes que envolveram os preparativos para a delação premiada. O mais grave, contudo, era expor a combinação havida entre candidatos a delatores sobre o que deveriam ou não falar para os

investigadores, o que tornou a delação cheia de omissões, pois grande parte dos crimes não foram confessados.

Diante de tanto disse-me-disse, os irmãos Batista iam se sentindo cada vez mais pressionados por verem que as investigações do Ministério Público Federal se aproximavam perigosamente de seu reduto familiar e empresarial. Assim, eles se viram compelidos a buscar uma saída, tendo oferecido à Procuradoria-Geral da República uma confissão espontânea, num processo em que se comprometeram a delatar todos os seus crimes e indicar agentes públicos e políticos envolvidos com os mesmos, na expectativa de receberem como prêmio a imunidade total para eles, seus familiares e executivos do grupo empresarial envolvidos nas diversas tramas criminosas

Um Termo de Pré-Acordo de Colaboração Premiada foi firmado por Joesley Batista, Wesley Batista, Ricardo Saud e Francisco de Assis e Silva com o Ministério Público Federal, no dia 7 de abril de 2017, ocasião em que eles entregaram cinco pen-drives aos procuradores da República e se comprometeram também “identificar os demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas”, além de abrir mão do direito ao silêncio e de não se auto incriminar.

Posteriormente, em maio de 2017, os irmãos Batista e cinco executivos do grupo J&F Investimentos assinaram um acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal, quando se comprometeram a confessar seus crimes (Ver “Nome aos bois: a história das falcatruas da JBS”), e entregaram uma lista com nomes de 1.829 políticos a quem alegaram ter pago propina em troca de benefícios diversos.

Já, durante a tomada dos depoimentos dos delatores, o ex-diretor Jurídico da J&F, o advogado Francisco de Assis e Silva,

relatou sobre a desconfiança que havia surgido de que algum advogado estivesse "tratando de colaboração com a PGR", o que seria, no caso, uma traição interna:

> Que o [Willer] **Tomas perguntou se seria possível que outro advogado estivesse tratando de colaboração com a PGR** (grifo nosso); Que, de pronto negou o fato, apesar de confirmar que sempre existe a chance de outro advogado estar fazendo, mas, se isso fosse verdade, o depoente saberia; Que o advogado teria falado: "Cuidado para o Joesley não prejudicar meus amigos"; Que o advogado teria dito ainda que a colaboração já teria 80% do assunto reduzido a termo; (...) Que o depoente procurou o doutor Anselmo pra falar que havia vazamentos; Que o Anselmo então marcou uma reunião para tratar do tema; (PGR. Inquérito nº 4489. 3 mai. 2017).

Em outro trecho de seu depoimento, Assis e Silva volta a relatar a desconfiança que havia de que alguém estivesse delatando a J&F à Procuradoria-Geral da República:

> Que no mesmo dia, 19 de abril [2017], o advogado [Willer Tomaz], por meio de *Facetime*, entrou em contato com o depoente, e na conversa mostrou o Ângelo, procurador, que cumprimenta o depoente; que nessa conversa, o Willer Tomaz tenta marcar um jantar em São Paulo, mas não comparece; **Que no dia seguinte, o Tomaz pergunta: quem é o advogado que vai na PGR falar em nome de vocês? Porque haveria alguém que estaria indo na PGR tratar de colaboração em nome do grupo econômico JBS** (grifo nosso). Que o depoente negou o fato e disse que era ele, o depoente, que desde 2007, 2008, por conta de problemas ambientais, representava o grupo perante a PGR; Que a conversa no *Facetime* ora referida ocorreu no dia 19 de abril, por volta das 11h44min. (PGR. Inquérito nº 4489. 3 mai. 2017).

Além do Acordo de Delação Premiada, os Batista também aceitaram, no dia 31 de maio de 2017, negociar um Acordo de Leniência, conforme previsto na Lei Anticorrupção (Lei nº

12.846/2013), envolvendo as empresas do grupo J&F, que fossem parte dos crimes delatados e as forças tarefas das Operações Greenfield, Sépsis, Cui Bono (Lava Jato) e Carne Fraca, o que foi firmado no dia 5 de agosto de 2017.

A Lei anticorrupção dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, em âmbito nacional ou estrangeiro. Foi criada para combater atos lesivos praticados por empresas aos entes públicos, especialmente em licitações e contratos. (GOMES, Adriana. AURUM. 30 ago. 2019).

Por meio do referido acordo, a J&F deveria pagar, com prazo de 25 anos, uma multa de R$ 10,3 bilhões, reajustada anualmente pelo IPCA. Com isto, a previsão é de que o valor a ser pago venha superar os R$ 20 bilhões.[3]

[3] Tal acordo previa o pagamento de R$ 10,3 bilhões a título de reparação de danos, dos quais R$ 8 bilhões foram destinados às entidades lesadas (União, BNDES, Funcef, Petros, Caixa Econômica e FGTS) e R$ 2,3 bilhões a projetos sociais nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, fomento à pesquisa, cultura e direitos humanos. Ao contemplar R$ 2,3 bilhões como reparação coletiva pelos danos causados pela J&F, o MPF cuidou para acordar com a empresa que a reparação não fosse feita por meio de campanhas educativas ou meramente informativas, mas por fórmulas que ensejassem participação social com controle público e providências necessárias, a fim de que a empresa também realizasse inteiramente a recuperação de sua reputação, assumindo nova ética de trabalho e medidas de Compliance. Neste contexto, a Transparência Internacional (TI), entidade reconhecida por sua expertise em combate à corrupção, celebrou Memorando de Entendimentos com MPF e J&F com a finalidade de estudar modelos de reparação social bem-sucedidas no mundo, contribuindo para colocar em prática a cláusula do acordo de leniência relacionada aos projetos sociais. Tal memorando foi homologado pela 5ª CCR e teve vigência entre 12 de dezembro de 2017 e 12 de dezembro de 2019. A J&F permaneceu inerte quanto às obrigações de execução de projetos sociais, o que gerou uma recomendação do MPF, em abril de 2019, orientando o início do cumprimento da obrigação. Após a recomendação, ainda assim a empresa continuou descumprindo o acordo por quase um ano. Só no início de 2020, o MPF – por meio da força-tarefa Greenfield – novamente acionou a J&F, por meio

Joesley Batista, além de orquestrar uma delação pela metade, ainda quis transferir para outros a sua responsabilidade sobre os diversos crimes cometidos por ele e seu grupo empresarial, como nesta resposta dada à jornalista Thais Oyama:

> Nós somos empresários e os empresários estão subordinados ao Estado. Se os mandatários do Estado negociam com você daquela forma, você acaba achando que opera dentro de um padrão de normalidade. A gente vai ficando anestesiado.

O empresário depois de fechar o acordo de delação com a PGR já se sentia em condições de orientar outros corruptos e corruptores sobre o caminho da salvação, já que o desfecho de sua delação era o melhor possível. Em um diálogo recuperado pela Polícia Federal, Joesley Batista conversa com um interlocutor chamado Gabriel, que a PF desconfiou tratar-se do deputado federal petista, por Minas Gerais, Gabriel Guimarães, a quem fala o que um criminoso precisa para fazer uma delação, antecipando a Gabriel que isto ele havia sugerido a um amigo enrolado com a Justiça: “É a coisa mais simples do mundo, porque se você tem problema e se o problema é, como se diz, batom na cueca, ô, meu, corre lá e faz a porra dessa delação”.

Mas, por azar de Joesley Batista, o roteiro ainda não estava completo, já que o procurador da República Ivan Claudio Garcia Marx, então líder da força tarefa da Operação Bullish não aderiu ao Acordo de Leniência com a J&F Investimentos, por não

---

de medida cautelar, pelo descumprimento de diversas cláusulas na leniência, entre elas, a execução dos projetos sociais. Segundo a FT Greenfield, a empresa colaboradora deveria “cumprir com sua obrigação de reparar os danos sociais por meio dos melhores padrões internacionais, ou então por meio de depósito integral do valor de reparação social no FDD – Fundo de Direitos Difusos previsto em lei”. (Fonte: O Antagonista. 20 dez. 2020).

concordar com os termos negociados e também porque as investigações conduzidas por sua equipe estavam adiantadas e se tinha provas suficientes, que não dependiam de delação.

A Bullish mirava fraudes e irregularidades em aportes concedidos pelo BNDES, por meio da subsidiária BNDESPar à JBS dos irmãos Batista.

Para fazer frente aos encargos assumidos por este Acordo de Leniência, Joesley e Wesley Batista decidiram desfazer de alguns de seus ativos empresariais no Brasil e na América do Sul.

No Brasil, eles colocaram à venda a Vigor Alimentos, as linhas de transmissão Âmbar, a Alpargatas Calçados, a Flora (Limpeza e Higiene) e a Eldorado Brasil Celulose, tendo esta última aderido ao Acordo de Leniência em 21 de setembro de 2017, como forma de facilitar uma futura venda, já que todo o valor acordado de multa com o MPF deveria ser arcado pela *holding* da família Batista, a J&F Investimentos S.A.

Em negócios feitos pelo grupo J&F, em períodos anteriores, os irmãos Batista, geralmente, procuravam contratar bancos e escritórios de Advocacia para assessorá-los, o que também ocorreu para a venda da Vigor, com a contratação pela família Batista do Bradesco e do Santander e, no fechamento da negociação para venda da Alpargatas, foi utilizado o serviço do Escritório Bichara Advogados.

De partida, eles conseguiram negociar com o grupo Minerva seus ativos frigoríficos de carne bovina - 9 unidades de abate, uma unidade de processamento e um centro de distribuição localizados na Argentina, Paraguai e Uruguai, por US$ 300 milhões.

A J&F Investimentos conseguiu vender, sem muita dificuldade, a Vigor, empresa de lácteos “herdada” da negociata feita pela JBS quando falavam em fusão e acabaram incorporando o Bertin, em

2009, com toda a sorte de falcatruas (Ver denúncia formulada pela força tarefa da Operação Bullish e o livro "A caixa-preta do BNDES"). A Vigor foi desmembrada da JBS em 2012 e se tornou, desde então, uma potência no setor, tendo sido vendida para o grupo mexicano Lala por R$ 4,3 bilhões.

Outra empresa que logo seria vendida foi a Alpargatas. Seu controle acionário (54,24%) foi adquirido pela J&F, em 2015, por R$ 2,667 bilhões, com financiamento camarada e integral da Caixa Econômica Federal que saiu em tempo recorde [3 dias] e com pagamento de R$ 80 milhões em propina, de acordo com depoimento do delator Lúcio Funaro, no dia 14 de junho de 2017.

A Alpargatas foi vendida ao consórcio formado por Itausa, Cambuhy Investimentos e Brasil Warrant (BW) por R$ 3,5 bilhões. A conclusão das negociações para venda da Alpargatas ocorreu logo depois da prisão dos irmãos Batista, em 20 de setembro de 2017 e a assinatura do contrato de compra e venda foi feito no dia 12 de julho.[4]

A J&F havia comprado a Alpargatas há 18 meses, para socorrer outro grupo empresarial em dificuldades – a Construtora Camargo Corrêa -, que precisava de dinheiro para cumprir obrigações decorrentes do acordo de leniência que havia feito no âmbito da Operação Lava Jato.

A Âmbar Energia, companhia elétrica do grupo J&F Investimentos acertou a venda de ativos e participações para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica (Taesa) no montante total de 942,53 milhões de reais. A companhia vendeu 100% das

[4] Para o valor de venda da Alpargatas foi considerado o preço de R$ 14,25 para cada ação ordinária e R$ 11,40 para cada papel preferencial. No caso da Ação Ordinária, houve uma valorização estupenda a partir de janeiro de 2019, tendo alcançado o valor de R$ 35,80 no dia 13 de fevereiro de 2020, mantendo perspectiva de alta.

ações da São Pedro Transmissora de Energia e da São João Transmissora de Energia, bem como 51% das ações da Triângulo Mineiro Transmissora e da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia.

Entretanto, um impasse entre a Âmbar Energia e a Aneel tem postergado a finalização do processo de aquisição da empresa pela transmissora Taesa, que depende ainda da anuência do banco financiador da transação, no caso a Caixa Econômica Federal, para efetivar a operação. O assunto foi comentado pelo diretor presidente da Taesa, Raul Lycurgo Leite, durante teleconferência ao mercado e acionistas nessa quinta-feira, 14 de novembro de 2019.

Já, a venda da Eldorado Brasil Celulose, depois de um início de negociações marcado pela euforia, no final de um ano, prazo para se completar toda a operação, se transformou em litígio entre comprador e vendedor, com ataques de lado-a-lado, com a contenda sendo levada aos tribunais, à mídia nacional e internacional e ao parlamento norte-americano, através de pesado lobby bancado, segundo acusação feita pela J&F Investimentos, pela Paper Excellence, da família Widjaja, na luta travada com os irmãos Batista para a conclusão da compra da produtora de celulose de Mato Grosso do Sul.

Nos Estados Unidos, congressistas, incluindo os senadores Marco Rubio (Partido Republicano) e Robert “Bob” Menendez (Partido Democrata), escreveram para o governo do presidente Donald Trump pedindo para investigar a JBS USA e o pagamento de subsídios a suas subsidiárias nos EUA.

A família Widjaja, de origem chino-indonésia, almejava, há muito, entrar no mercado brasileiro de produção de celulose de fibras curtas, a partir de florestas renováveis de eucalipto.

Em lado oposto desta contenda, a família Batista liderada por Joesley Batista, que sempre foi o cara dos contatos, o estrategista da família e que sempre teve mais tino comercial, mas também uma lista imensa de delitos contra ele denunciados pelo MPF: corrupção ativa, manipulação de mercado por uso indevido de informação privilegiada (*insider trader*), abuso de poder de controle e de administração.

Somente nas eleições de 2014, os Batista fizeram distribuição de mais de R$ 300 milhões para candidatos da maioria dos partidos políticos, com destaque para o PT e o PMDB, com dinheiro que ele mantinha em contas alimentadas com dinheiro de propina por negociações com o BNDES e CEF.

Falando sobre isto ao *Jornal do Commercio* do dia 28 de outubro de 2015, ele afirmou [sem corar]: “Fazemos doações iguais. Não queremos ser acusados de ter ajudado mais um ou outro, de ter usado poder econômico para influenciar eleições”.

Embora tenham sido destacados alguns pontos da hecatombe que se abateu sobre o grupo J&F Investimentos, não vamos repisar os crimes dos irmãos Batista, indicados nos livros já citados. Vamos, a partir daqui, dar destaque a fatos que ocorreram durante a negociação de venda da Eldorado Brasil Celulose e fatos relevantes relacionados com o grupo Sinar Mas e as empresas Asia Pulp & Paper e sua “subsidiária” Paper Excellence e o grupo J&F Investimentos, dos irmãos Batista, uma trama complexa e que, com certeza, ajudará a jogar luz sobre mais este negócio nebuloso envolvendo o BNDES, a Caixa Econômica Federal, os fundos de pensão dos funcionários da Petrobrás e da Caixa Econômica Federal, Petros e Funcef, respectivamente, os irmãos Joesley e Wesley Batista e, claro, os

políticos que embolsaram propina, muita propina, para colocar de pé a fábrica de celulose de Três Lagoas/MS.

Seguramente, não temos apenas a “caixa-preta” do BNDES a ser escancarada, mas os governos petistas de 2003 a 2016 promoveram falcatruas em todas as fontes de financiamentos públicos e, quase como regra, lá estavam os irmãos Batista participando da farra com o dinheiro público, distribuindo propina em troca de ganhos fabulosos, construindo um império bilionário à custa do sangue e alma dos brasileiros.

Soma-se a isto, o tanto que roubou o PMDB, de Michel Temer, o PTB, de Roberto Jefferson, o PR, de Valdemar da Costa Neto, o PSDB, de Aécio Neves, o Democratas, de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, o PP, de Ciro Nogueira e muitos outros partidos políticos que têm agido, via-de-regra, como organizações criminosas, com seus líderes e comparsas amparados pelo famigerado foro privilegiado, que faz dormitar no STF milhares de processos até a prescrição.

1

A Eldorado é colocada à venda

A política é a condução dos negócios públicos para proveito dos particulares

Ambrose Bierce [1842-1904] escritor e jornalista estadunidense

Os empresários Joesley e Wesley Mendonça Batista e os fundos de pensão Petros e Funcef, sócios da Eldorado Brasil Celulose, entraram na mira do Ministério Público Federal em 2016, no âmbito da Operação Sépsis, deflagrada no dia 1º de julho, com buscas e apreensões feitas na sede da Eldorado Brasil Celulose, em São Paulo, e da Operação Greenfield,[5] que foi deflagrada no dia 5 de setembro, com buscas e apreensões em oito Estados e no Distrito Federal.

[5] A Operação Greenfield, que significa investimento em uma empresa ainda no estágio inicial chegou em 2020, seu quarto ano de atuação, com 34 denúncias e 13 ações de improbidade contra 156 pessoas e 22 empresas, com a perspectiva da operação é recuperar R$ 11,7 bilhões, graças a acordos de colaboração premiada. (O Antagonista, 2 fev. 2020).

A Operação Sépsis,[6] braço da Operação Lava Jato [que tramita em conjunto com as Operações Greenfield e Cui Bono], investiga um esquema de pagamento de propina para liberação de empréstimos do fundo de investimentos FI-FGTS, administrado pela Caixa Econômica Federal. A Operação Greenfield investiga fraudes em aplicações de recursos dos fundos de pensão dos funcionários de empresas estatais em empreendimentos diversos e de forma temerária, causando rombos bilionários que devem ser cobertos, obrigatoriamente, pelos funcionários da ativa e pelos pensionistas do respectivo sistema de seguridade.

No dia 1º de julho de 2016, o Ministério Público Federal (DF) e o Departamento de Polícia Federal, com base em dez processos investigatórios criminais (PIC) e quatro Inquéritos Policiais (IP), representaram junto à 10ª Vara Criminal Federal do Distrito Federal contra diversas pessoas ligadas aos fundos de pensão de estatais e empresas privadas, com as quais desenvolveram projetos em que ocorreram operações suspeitas de pagamento de propina para gestores dos fundos e para políticos e partidos.

Dos casos criminosos apresentados na petição, interessa aqui o “Caso FIP Florestal”, que envolveu os fundos de pensão Petros (Petrobrás) e Funcef (Caixa), o Florestal FIP, a J&F Investimentos e a Eldorado Brasil Celulose, cujos detalhes serão vistos no decorrer deste capítulo. No pedido, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal solicitaram apenas autorização para operações de busca e apreensão nos escritórios da J&F Investimentos, Eldorado Brasil Celulose, Petros, Funcef, Plural Capital e Assessoria, além das residências de Joesley e Wesley Batista e de dirigentes dos fundos de pensão.

[6] O nome Sépsis faz referência ao quadro de infecção generalizada.

A J&F Investimentos alegou não entender do porquê da operação Sépsis ter feito busca e apreensão no escritório da Eldorado, já que a companhia havia fornecido todas as informações solicitadas e que "sempre atuou de forma transparente e todas as suas atividades são realizadas dentro da legalidade". Mas você verá que esta era mais uma falácia da defesa dos irmãos Batista e que eles mentiram muito, esconderam provas e continuam agindo para obstruir a Justiça.

Além das buscas e apreensões feitas na sede da Eldorado, que fica no mesmo prédio da JBS, situado na Marginal Tietê, zona Oeste de São Paulo, a Polícia Federal também esteve nos Jardins, bairro nobre de São Paulo, onde fizeram buscas e apreensões na residência de Joesley Batista.

Durante a Operação Sépsis, apenas o operador financeiro Lúcio Bologna Funaro foi preso e depois transferido de São Paulo para Brasília. Segundo as investigações, Funaro havia recebido da Eldorado Brasil Celulose R$ 32 milhões, entre 2012 e 2013, e que a companhia simulou serem frutos de contratos de consultoria firmados com três empresas: Viscaya Holding,[7] Serra da Carioca Comercializadora de Energia e Araguaia Comercializadora de Energia.[8]

[7] A razão social da empresa é Viscaya Holding Extração Mineral, Participações, Intermediações, Estruturações e Serviços S/S Ltda, CNPJ nº 03.991.894/0001-17 e capital social de R$ 11 milhões e que tem como sócios Lúcio Bologna Funaro e uma outra de suas próprias empresas, a Morro dos Anjos Llf Agropecuária EIRELI, CNPJ 05.170.070/0001-01e capital social de R$ 500 mil.

[8] Geddel Vieira Lima, Eduardo Cunha, Fábio Cleto, Henrique Eduardo Alves, Lúcio Funaro, Alexandre Margotto, com participação de Roberto Derziê de Sant'anna, são acusados de solicitar e/ou aceitar vantagem indevida no valor de R$ 182.850.000,00, dos quais R$ 120.174.886,00 foram efetivamente pagos por Joesley Batista, com a participação de José Carlos Grubisich Filho, para obtenção de recursos do FI-FGTS para empresas do Grupo J&F. (Fonte: MPF.

Só de empresas do grupo J&F Investimentos, segundo planilha entregue ao Ministério Público Federal por Joesley Batista em sua delação premiada, Lúcio Funaro recebeu cerca de R$ 170 milhões em propina. “O Funaro é o operador financeiro do Eduardo Cunha [ex-presidente da Câmara dos Deputados] do esquema do PMDB na Câmara, composto pelo presidente [da República] Michel [Temer], Eduardo, enfim, e alguns outros membros”, disse Joesley em depoimento ao Ministério Público Federal. “Ele [Funaro] sempre dizia: ‘Eu falo em nome do Eduardo e Eduardo é da turma do Michel [Temer]’”, afirmou o empresário.

A Viscaya Holding já era conhecida no mercado, com registro em nome de Lúcio Bologna Funaro. Já as duas outras empresas eram comercializadoras, com registro em nome de Neiva Bolonha Funaro. De acordo com a *Isto É*, estas empresas, em tese, poderiam ter vendido energia para a Eldorado Brasil, entretanto, nenhuma delas tinha autorização para operar na época”, pois tiveram negados pedidos de adesão ao Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por, entre outros motivos “os representantes legais da Araguaia Energia não terem comprovado possuir conhecimento técnico para atuar no mercado de energia, requisito essencial para atuação no âmbito da CCEE”, conforme deliberação daquele órgão, em três oportunidades.

Em nota enviada ao *Estadão*, a J&F Investimentos afirmou que o operador Lúcio Bologna Funaro [9] havia prestado três

Operação Sépsis. 5 out. 2018). De acordo com planilha entregue por Joesley Batista ao MPF, ele teria pago R$ 170 milhões em propina para o operador Lúcio Bologna Funaro entre os anos de 2005 e 2017.

[9] A advogada Roberta Funaro, irmã de Lucio Funaro, entrou com uma notícia-crime na Procuradoria-Geral da República contra Joesley Batista por suposto crime de colaboração caluniosa. Roberta foi presa no dia 18 de maio de 2017 durante uma investigação que resultou da delação do dono da JBS. Roberta

serviços a empresas do grupo: consultoria no processo de solução de impasse societário com a família Bertin; comissionamento pela intermediação da venda do grupo Big Frango à JBS; e a compra de gado de empresas de Funaro, nas mesmas condições comerciais dos demais fornecedores. (Isto É. 14 ago. 2014).

Como era de se esperar, a Eldorado confirmou a busca e apreensão em suas dependências mas disse à imprensa, que desconhecia as razões e o objetivo desta ação e que havia prestado todas as informações solicitadas, afirmando ainda que "sempre atuou de forma transparente e todas as suas atividades são realizadas dentro da legalidade".. (Estadão, 1º jul. 2016).

> A Eldorado Brasil confirma que a Polícia Federal realizou busca e apreensão em suas dependências em São Paulo na manhã de hoje. A companhia desconhece as razões e o objetivo desta ação e prestou

é acusada, e chegou a ser filmada, de receber R$ 400 mil de executivos da JBS como forma de silenciar seu irmão, também delator da Lava-Jato e, então, preso. O pedido se baseia em decisão recente da Justiça Federal, que beneficiou Michel Temer. Os advogados de Roberta pedem que a PGR apure novamente os fatos, "com a eventual responsabilização, no âmbito penal e extrapenal, de Joesley". Na notícia-crime, os advogados de Roberta relatam que a advogada foi presa foi presa pela Polícia Federal depois de uma "colaboração mentirosa" de Joesley. "Ao contrário do afirmado por Joesley, o dinheiro recebido por Roberta não se dava pela compra do silêncio de seu irmão, mas dizia respeito a uma dívida legal, judicializada de um contrato de R$ 100 milhões que seu irmão tinha com a J&F, controladora do grupo JBS, para mediar a briga societária que o grupo estava travando com a família Bertin", diz a defesa, representada pelos advogados Valber Melo, Filipe Maia e Antônio Figueiredo Bastos. Segundo a ação, ao assim agir, Joesley praticou o crime do artigo 19, da Lei 12.850/2013, porque, "mesmo sabendo que os valores que ensejaram a prisão da noticiante eram legítimos, deu-lhes tonalidade criminosa, ao argumento de que seria um 'mensalinho' para comprar o silencio de Lucio Funaro". Ao final, os advogados de Roberta solicitaram à PGR que apure a conduta de Joesley Batista de imputar crimes que não ocorreram e ainda, superdimensionar fatos com o objetivo de potencializar os prêmios legais da lei de colaboração. (COELHO, Gabriela. Conjur. 13 nov. 2019).

> todas as informações solicitadas. A companhia sempre atuou de forma transparente e todas as suas atividades são realizadas dentro da legalidade. A companhia se mantém à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais.

Alguns dias depois, durante depoimento na 10ª Vara Criminal Federal, Lúcio Funaro chamou Joesley Batista de ladrão: "Ele roubou de mim, do [Eduardo] Cunha e do Geddel [Vieira Lima]. Só de Alpargatas, R$ 81 milhões" [empréstimo de 2,7 bilhões da Caixa Econômica Federal para a compra, em 2015, da Alpargatas, que pertencia à Camargo Correa].

Segundo Funaro, que se tornaria colaborador da Justiça, Joesley Batista teria uma dívida com ele de R$ 41 milhões referente à compra formal da Alpargatas em 2015. "Eu tenho a receber dele R$ 41 milhões, mais ou menos, de dinheiro lícito. Se for calcular ilícito junto, seriam quase R$ 120 milhões".

Na mesma oportunidade, Lúcio Funaro relatou ao juiz da 10ª Vara Criminal Federal, Vallisney de Souza Oliveira, como ele e Fábio Cleto[10] organizavam o esquema de liberação de dinheiro do FI-FGTS revelado pela Operação Sépsis.

No curso de seu depoimento, questionado se Fábio Cleto recebia propina dentro da Caixa sem ele ficar sabendo, Lúcio Funaro fala da personalidade do comparsa e delator: "o Fábio Cleto é um sujeito sestroso, que age sorrelfa, respondeu Funaro. Traduzindo: "Fábio Cleto é um sujeito esperto, sagaz, que age de forma matreira, dissimulada".

[10] Alvo da Operação Catilinárias, um desdobramento da Lava Jato em dezembro de 2015, Fábio Cleto optou por fazer delação premiada. Ele confessou que recebeu um total de R$ 7,3 milhões em propinas pagas por dez empresas, em troca da liberação de recursos do FI-FGTS. Sua delação foi homologada pelo ministro Teori Zavascki, em junho de 2016. (Fonte: UOL).

Sobre o processo de liberação de verba do FI-FGTS para a Eldorado Brasil Celulose, Lúcio Funaro respondeu ao juiz Vallisney de Souza Oliveira:[11]

- O senhor não acompanhou o deputado Eduardo Cunha numa reunião com representantes da Haztec, dessas empresas que o senhor...?

- Ele foi comigo uma vez numa reunião com o Joesley.... Várias reuniões, mas uma vez, a princípio, nós tomamos um uísque no final do dia na minha casa para definir essa operação da Eldorado...

Fábio Cleto, apanhado durante a operação Catilinárias, no dia 15 de dezembro de 2015, tinha firmado um acordo de delação premiada e confirmado o esquema milionário de propinas que funcionou dentro da Caixa Econômica Federal, e que tinha o ex-deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ) como eixo central, envolvendo grandes empresas e o fundo de investimento que manejava bilhões de reais do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FI-FGTS.

[11] O nome da operação tem origem nas Catilinárias, que são uma série de quatro discursos célebres do cônsul romano Marco Túlio Cícero contra o senador Catilina. Veja trecho inicial do discurso: "Até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência? Por quanto tempo a tua loucura há de zombar de nós? A que extremos se há de precipitar a tua desenfreada audácia? Nem a guarda do Palatino, nem a ronda noturna da cidade, nem o temor do povo, nem a afluência de todos os homens de bem, nem este local tão bem protegido para a reunião do Senado, nem a expressão do voto destas pessoas, nada disto conseguiu perturbar-te? Não te dás conta que os teus planos foram descobertos? Não vês que a tua conspiração a têm já dominada todos estes que a conhecem? Quem, dentre nós, pensas tu que ignora o que fizeste na noite passada e na precedente, onde estiveste, com quem te encontraste, que decisão tomaste? Oh tempos, oh costumes!"